

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.319.496 - MG (2018/0161131-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : SAMARCO MINERAÇÃO S/A
ADVOGADOS : ULISSES DE VASCONCELOS RASO - MG031044
JULIANA SAFAR TEIXEIRA CASTANHEIRA - MG083027
VINICIUS HORTA DE VASCONCELOS RASO - MG128241
LETICIA HADDAD MARTINS - MG154430
AGRAVADO : CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA
ADVOGADOS : DÉCIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE - MG056543
LEONARDO JOSÉ MELO BRANDÃO - MG053684
PAULO ANDRADE RODRIGUES FILHO - MG057438
RODRIGO PACHECO PENA - MG090465
INTERES. : BHP BILLITON BRASIL LTDA
INTERES. : VALE S.A

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - BARRAGEM DE FUNDÃO - ROMPIMENTO - PRODUÇÃO DE CELULOSE - PARALISAÇÃO - FORNECIMENTO DE ÁGUA - MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL - GRAVAME EM BENS IMÓVEIS - DESNECESSIDADE - DECISÃO - FUNDAMENTAÇÃO - NULIDADE - CONEXÃO L PETIÇÃO INICIAL - INÉPCIA.

É legítima a medida cautelar incidental que assegura o fornecimento de água necessária para a sociedade empresária fabricante de celulose, que teve sua linha de produção paralisada por conta do rompimento da barragem de Fundão, mediante imposição de multa diária, cuja eficácia jurídica coercitiva não fica prejudicada pela retomada da produção com o uso das águas do Rio Doce, porquanto não sanado em definitivo os efeitos nocivos dos rejeitos de minério lançados nas suas águas. A determinação judicial liminar de lançamento de gravame nos bens imóveis não deve prevalecer, uma vez que a parte afetada se trata de sociedade empresária solvente e a parte prejudicada com os rejeitos de mineiro no Rio Doce já retomou sua produção de celulose, não havendo elemento técnico -jurídico hábil para justificar qualquer gravame sobre bens imóveis. A decisão dotada de fundamentação adequada não pode ser decretada nula por falta de motivação. Se não existe conexão, não se admite a reunião dos processos. A petição inicial, que a ponta a causa de pedir não pode ser declarada inepta.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados pelo Tribunal de origem, adotando-se a seguinte ementa:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUESTÕES TÉCNICAS DECIDIDAS - MOTIVAÇÃO ADEQUADA - REEXAME - IMPOSSIBILIDADE.

Os embargos de declaração não podem ser utilizados para promover o reexame de questões técnicas já decididas com motivação adequada.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação aos artigos 489, 1.022, 10, 1.013 e 300, todos do Código de Processo Civil.

Narra que é fato notório que o volume pluviométrico dos anos de 2014/2015 foram um dos mais baixos de toda história. E que tal turbidez refletiu numa média muito abaixo das médias históricas de anos anteriores.

Aduz, ainda, que tal fato dificulta sobremaneira o cumprimento da medida cautelar.

Pleiteia pela revogação da medida liminar.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

Anoto, preliminarmente, que a questão federal foi decidida de modo suficiente, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa aos arts. 489 e 1.022, ambos do Código de Processo Civil.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, assim consignou em sede de pedido liminar :

[...]

A medida cautelar incidental deferida para determinar que as rés forneçam, às suas expensas, água limpa para a empresa autora, com o mesmo índice de turbidez existente na média dos 12 (doze) meses que antecederam o rompimento da barragem de Fundão, e no volume necessário à produção de celulose praticada no mesmo período, através de soluções técnicas menos gravosas as rés, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de multa diária de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), limitada a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), não carece de qualquer ajuste técnico. Isso porque o rompimento da barragem de Fundão aconteceu, fato incontroverso,

por conta da empresa (atividade empresarial) exercida pela Samarco e suas sócias, cenário técnico-jurídico insofismável de responsabilidade objetiva (art. 927, parágrafo único, CC), que também obriga a agravante a suportar os efeitos de uma medida jurídica cautelar incidental justa, razoável e necessária que garante a agravada o exercício de sua empresa (atividade empresarial) (art. 11 da Lei nº 6.404/1976), que foi interrompida por conta do rompimento da barragem de Fundão, produção paralisada no dia 07/11/2015, voltando a produzir de forma precária e parcial no "dia 22/11/2015. Note que a produção somente retornou no dia 29/11/2015, após ter sido realizado tratamento emergencial e provisório da água do Rio Doce (f. 3023- 3026, TJ).

Nessa quadra, a ordem de fornecimento de água limpa necessária à produção de celulose praticada pela agravada deve permanecer eficaz, malgrado a retomada da produção por parte da agravada, porquanto inexistente nestes autos de agravo de instrumento elemento de prova cabal no sentido de que a produção da agravada não corre risco de ser novamente interrompida, em razão do estado das águas do Rio Doce, de tal sorte que a agravada deve ter resguardado o direito de exigir da agravante o fornecimento de água que garanta a manutenção de sua produção. A multa diária arbitrada se mostra adequada para a amplitude do dano que deve ser evitado por parte da agravante, e por se constitui em elemento técnico -jurídico necessário para tanto.

A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula do STJ, respectivamente.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5/STJ, 7/STJ E 735/STF.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível javascript:; recurso especial para reexaminar decisão que

deferir ou indeferir liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.

3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria a análise de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório, inviáveis em sede de recurso especial, a teor dos enunciados nº 5 e 7 da Súmula do STJ, respectivamente.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1253947/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora